

Correio Sindical Mercosul

Serviço de Notícias –n.45

11 de setembro de 2000

Imagem da semana



Brasil – 7 de setembro – Dia da Independência - Fiéis na sala das velas da Basílica Nacional de Aparecida do Norte, onde cerca de 85 mil manifestantes integraram o 'Grito dos Excluídos' (FSP, 08/09/2000)

**World
Social**

Porto Alegre - 25 a 30/01/ 2001
um outro mundo é possível

Fórum Social Mundial

<http://www.forumsocialmundial.org.br/>

é só clicar * Índice

Movimento Sindical e Trabalho

Mercosul

Empresas e Setores

Relações Externas

Notas e Correspondências

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

*É parte do projeto Mercosul entre a
CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.*

Ma. Silvia Portella de Castro -
coordenadora.

Daniel Campos - Argentina

Antonio Carlos P. Castro - Brasil

Antonio Pecci - Paraguay

Patricia Bouzas - Uruguay

) cesint@uol.com.br



MOVIMENTO SINDICAL E TRABALHO

O Grito dos Excluídos :manifestação reúne 50 mil em Aparecida do Norte -Brasil

O protesto convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para o Dia da Independência reuniu segundo a Polícia Militar pelo menos 50 mil em Aparecida, a 170 km de São Paulo. Já os organizadores estimam uma participação maior no "Grito dos Excluídos": 85 mil. A manifestação encerrou a consulta popular sobre a dívida externa, que será entregue à Câmara dos Deputados na quarta-feira.

O cardeal arcebispo dom Aloísio Lorscheider durante a missa disse que os brasileiros não têm o que comemorar dada a exclusão social no país.

Em São Paulo, aproximadamente 250 pessoas fizeram passeata até o Museu do Ipiranga. O governador Mário Covas (PSDB) e o prefeito Celso Pitta (PTN) foram vaiados durante a parada cívico-militar. Ambos atribuíram as vaias à proximidade das eleições. "Sabia que ia ser vaiado. É o PT porque o Geraldo (Alckmin—candidato à Prefeitura de São Paulo pelo PSDB) está subindo nas pesquisas. O PT deveria estar trabalhando na rua porque a situação engrossou", disse Covas.

Com palavras de ordem "Fora, fora daqui FHC e FMI", a CUT, o MST e o Movimento dos Sem-teto reuniram cerca de cem pessoas no Rio depois do desfile de 7 de setembro. Uma urna aproveitava para recolher votos para o "plebiscito" da dívida externa, movimento simbólico organizado por centrais sindicais, partidos de oposição e igrejas.

No Recife, também houve uma caminhada com protestos contra a dívida externa e a violência. Em Florianópolis, o governador Esperidião Amin (PPB) chegou a ser vaiado. Manifestantes ligados à CUT e ao PT vestiram-se de preto e empunharam suas bandeiras. (*Valor Econômico*, 08.09.00)

Marcha de CGT rebelde y protestas de estatales de la CGT oficial

La CGT disidente, que encabeza el dirigente camionero Hugo Moyano, se movilizó a la Plaza de Mayo para reclamar por la anulación de la ley de reforma laboral y contra la "inconstitucionalidad de la rebaja salarial" a los empleados públicos dispuesta por el decreto 430 del Poder Ejecutivo.

La movilización de los gremios que adhieren a la central disidente, como es el caso de los metalúrgicos, camioneros, judiciales, transporte de pasajeros, entre otros, coincidió con la jornada nacional de protesta organizada por el Frente de Gremios Estatales (que agrupa a 18 agrupaciones sindicales, como la Unión Personal Civil de la Nación y la Asociación Bancaria, pertenecientes a la CGT oficialista de Rodolfo Daer y a otras de la central de Moyano).

En este caso se realizó un paro y cese de actividades en su lugar de trabajo, aunque esta central dejó en libertad de acción a los sindicatos para que decidan si concurren a la marcha. (*La Nación*, 07-09).

Contag participa de missão ao Chile

O secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch, participa, a partir desta segunda-feira (4/9), da missão Incra/Pronaf ao Chile. O objetivo da viagem, promovida pela Food and Agriculture Organization (FAO), das Nações Unidas, é conhecer as experiências chilenas nas áreas de agricultura familiar e reforma agrária.

Entre as diversas reuniões e visitas a experiências bem-sucedidas, Alberto Broch destaca a reunião com o Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile (Musech). Para o secretário, o Musech é a "Contag chilena". Depois de encontros com autoridades chilenas e dirigentes da FAO para a América Latina e Caribe, os brasileiros irão visitar cooperativas que iniciaram suas

atividades no período de reforma agrária. Por último, irão conhecer as cooperativas que se dedicam à exportação. (*Agência CUT, 04.09.00*)

CUT e Força Sindical preparam campanha unificada

As duas principais centrais sindicais do Brasil - a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical - estão negociando o lançamento de uma campanha salarial unificada no segundo semestre. Caso haja acordo, isto significa que a maior parte dos 28 milhões de trabalhadores representados pelas duas entidades e espalhados em 4,3 mil sindicatos vão pressionar governo e empresas para conseguir recuperar as perdas dos últimos anos.

A Força Sindical já está unindo seus sindicatos com data-base entre julho e dezembro em torno do mesmo pleito: reajuste salarial de 20%. A idéia de defender um percentual para todas as categorias também foi adotada pela CUT, que ainda não definiu o índice de reposição salarial que reivindicará.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 68% das categorias que negociaram reajustes salariais no primeiro semestre conseguiram reposições reais, contra 55% em 1999.

De acordo com levantamento do Departamento de Estatísticas e Estudos Intersindicais (Dieese), as greves que tiveram trajetória ascendente entre 1992 e 1996, voltaram aos números do início da década em 1999. Em 1992, foram realizadas 557 greves em todo o país. Esse número saltou para 1.258 greves em 1996. A partir daí, o total começou a diminuir, chegando a 630 greves em 1997, 546 em 1998, e 508 greves no ano passado. Outra característica a ser destacada é que de 1996 em diante começaram a ocorrer greves isoladas por empresas e não mais por categorias. (*Jornal do Brasil, 03.09.00*)

Uruguay: El desempleo y el gobierno dejan pocas alternativas.

"Las únicas salidas que brinda este gobierno es emigrar, robar o suicidarse", dijo un ex obrero, y ahora vendedor callejero. El desempleo va en aumento en Uruguay, pues bordea el 17 por ciento y afecta especialmente a las personas menores de 25 años.

Una de cada tres personas menores de 25 años no tiene trabajo. 18 de cada 100 mujeres de esta edad no reciben ningún salario, y en los hombres, las situación afecta al 13 por ciento.

El pasado mes de julio 30 mil personas cobraron el seguro de desempleo. Pero luego de concluir el primer semestre del año, este beneficio dejó de pagarse, situación que agrava el problema.

Cabe mencionar que una de cada seis personas se muestra dispuesta a marcharse del país, y que la tasa de suicídios es una de las más elevadas a nivel mundial. Muchos se preguntan si este era el gobierno divertido que prometió Batlle en la campaña electoral. (*Uy/QR/Pno/Cs-Pb-Pe/ap- Agencia Pulsar 06/09/2000*)

Categorias reivindicam ganhos reais

O criticado reajuste do salário mínimo virou sonho de consumo na campanha salarial de uma das categorias mais fortes do país. Os metalúrgicos do Rio - que têm data-base em 1º de outubro - adotaram como principal reivindicação o percentual de 11,2%, concedido ao mínimo em abril deste ano. Na pauta, entregue às empresas nesta semana, os cerca de 55 mil trabalhadores representados pelo sindicato ainda pedem mais 5% a título de ganho real e redução da jornada de trabalho. "Ainda não tivemos resposta das empresas, mas pretendemos mobilizar os trabalhadores para pressionar com paralisações nas empresas e até uma greve", afirma Ramos.

Essas mesmas formas de pressão também estão nos planos dos 420 mil bancários do país, que têm data-base este mês. Entre reposição da inflação e ganhos de produtividade, eles estão pedindo 27,3% e ainda não chegaram a um acordo com os bancos. Outra reivindicação é por medidas que de segurança contra assaltos e seqüestros relâmpagos de bancários.

Já os petroleiros, que também têm data-base em setembro, pedem 8% de reposição, 13,85% de ganho de produtividade e mais 39,85% para compensar perdas acumuladas a partir de 1994. A categoria espera receber hoje uma contraproposta da Petrobras para então definir os próximos passos da campanha. (*Jornal do Brasil, 05.09.00*)

De acordo com levantamento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a defasagem salarial acumulada nos últimos seis anos é de 3,5%, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), medido pelo IBGE.

Os metalúrgicos lutam por um reajuste de 20% no dissídio marcado para outubro, mais a redução da jornada de trabalho - de 44 horas para 40 horas semanais. Os bancários de SP reivindicam reposição salarial de 8,03%, calculado com base no Índice de Custo de Vida do Dieese, além de aumento com base na produtividade e participação de 25% no lucros. Os carteiros pedem reajuste de 38,02%, referente às perdas salariais desde 1994. (*Jornal do Brasil*, 03.09.00)

Paran los azucareros tucumanos

Los cañeros y trabajadores azucareros efectuarán una protesta ante la decisión del presidente Fernando de la Rúa de vetar la ley que grava con aranceles la importación de azúcar por tiempo indefinido y de reemplazarla por una resolución que otorga la misma protección, pero sólo hasta 2005.

El secretario adjunto de la Federación de Obreros y Trabajadores de la Industria Azucarera (Fotia), Luis González, manifestó a la agencia Télam que "por el momento sigue en pie el paro de actividades".

Fuentes empresariales se manifestaron sorprendidas por la decisión de los trabajadores de mantener el paro. "La resolución da la protección que nosotros reclamamos desde hace varios meses. No sirve seguir tirando de la cuerda", señaló un directivo de un ingenio.

"Esto no nos convence. Tuvimos una ley, un decreto y ahora una mera resolución, que no tiene mucho sustento legal para sostener los aranceles durante los próximos cinco años; esta disposición puede ser derribada en cualquier momento", dijo González. (*La Nación*, 05-09).

Gremio de UTE descalificó competencia energética

El sindicato de UTE, (empresa estatal de energía eléctrica), afirmó que es necesario que exista una "complementación energética" y no una competencia por el mercado entre Gaseba (gas), Ancap (combustibles) y UTE

Para el gremio es necesario diseñar una política de complementación energética que tiende a fortalecer el rol estatal en un sector considerado estratégico para el país, a través de la racionalización de los recursos, la búsqueda de la eficiencia energética y el cuidado del medio ambiente.

"Ancap es importador de gas, pero principalmente participa en un 30% en la distribución por cañería en el sur. Entonces, no es lógico que dos empresas del Estado compitan entre sí".

"Lo que debe hacer el gobierno es definir cuál será la política energética", agregó.

"Estos proyectos de generación no admiten más dilatorias. El Estado puede y debe invertir en estas obras de rentabilidad de acuerdo a los informes de los técnicos de UTE, que están ligadas al diseño de una política energética de cara al desarrollo del país", concluyó AUTE. (*La República* 8/9/00)

Plenária Nacional da CCT

Dez confederações sindicais brasileiras ligadas à Coordenação Confederativa dos Trabalhadores (CCT) participaram de Plenária Nacional dos Dirigentes Sindicais, na cidade de Luiziania, Goiás (a 60 kms de Brasília) , com presença de aproximadamente 1.200 pessoas, e aprovaram propostas como a de que eventuais reduções na carga tributária das empresas, como o Simples, resultem em aumento salarial para os trabalhadores. O encontro deverá resultar em um documento que será encaminhado ao Congresso Nacional e ao Ministério do Trabalho pedindo ainda a manutenção da contribuição compulsória e da unicidade sindical e a redução da jornada de trabalho de 44 para 36 horas.

O diretor da CCT, Lourenço do Prado, considera a manutenção da atual estrutura sindical , com a contribuição compulsória e unicidade sindical por categoria, "fundamental para defesa dos interesses dos trabalhadores". Lourenço também se manifestou contra a extinção da Justiça do

Trabalho, proposta que chegou a ser discutida, mas não acatada, durante discussões em torno da reforma do Judiciário.

Ulisses Riedel, economista do Departamento Intersindical de Acompanhamento Parlamentar (Diap), também afirmou ser contra a proposta de pulverização dos sindicatos. Márcio Pochmann, professor da Universidade de Campinas (Unicamp), já identificou essa pulverização sindical como um dos problemas no enfraquecimento de suas reivindicações, pois por conta dessa diversidade, o aumento no número de negociações coletivas não tem resultado em aumento de renda. (*Valor Econômico*, 06.09.00)

Fenaban quer dividir categoria bancária

A Fenaban ofereceu um reajuste de 5% sobre os salários de setembro do ano passado na negociação ocorrida ontem com a Executiva Nacional dos Bancários, na capital paulista. Também propôs "flexibilizar" os anuênios. Os banqueiros oferecem aos bancários admitidos até o dia 31 de agosto deste ano uma indenização de R\$ 1.000 para os que aceitarem não mais receber a anuidade. Segundo a proposta patronal, os admitidos após esta data simplesmente não receberiam anuênio. Os admitidos até o dia 31 de agosto poderão optar em manter o anuênio.

Nelson Lentini, presidente da Federação, presente na negociação, denuncia que a Fenaban quer comprar os direitos conquistados pela categoria, criando três tipos de bancários - o que inevitavelmente estimulará a rotatividade da mão-de-obra no setor, pois os bancos certamente optarão em dispensar os que mantiverem a incorporação de anuênios. Ele avalia que o reajuste proposto é insuficiente e lamenta que não se tenha obtido qualquer avanço nas reivindicações relacionadas à educação, saúde e segurança.

PLR — Quanto à Participação nos Lucros e Resultados - PLR, a Fenaban propôs pagar 80% sobre o salário, mais uma parcela fixa de R\$ 400, limitada a R\$ 3.250. A PLR proposta é de no mínimo 5% do lucro líquido da empresa este ano. O limite máximo proposto é de 15% do lucro, totalizando, no máximo, dois salários ou R\$ 6.500.

Quanto a piso mínimo, o patronato propõe R\$ 336,44 para portaria, reajustado para R\$ 370,79 após 90 dias. O piso para escritório seria de R\$ 492,03, reajustados para R\$ 541,46 após 90 dias. O salário total de caixa seria de no mínimo R\$ 643,88, reajustados para R\$ 765,12 após 90 dias.

O patronato também propôs o pagamento de uma indenização adicional para os demitidos até cinco meses após a assinatura da nova Convenção. Para os com até cinco anos de casa, a indenização seria no valor um aviso-prévio. Os com mais de cinco anos até 10 anos, a indenização seria de 1,5 aviso-prévio. Os com mais de 10 anos até 20 anos, seria de dois avisos-prévios. Os com mais de 20 anos de casa receberiam três avisos-prévios. ()*Agencia CUT, 06.09.00*)

CNT de Paraguay pide aumento salarial

La Central Nacional de Trabajadores, de orientación socialcristiana, solicitó al Gobierno de Luis González Macchi la implementación de un aumento salarial del 20 por ciento para cubrir el costo derivado del alza de productos de la canasta familiar. (*Noticias 05/09/00*).

En Paraguay proponen pacto político-social para la reforma

El senador Gonzalo Quintana, de la oposición, presentó una propuesta de pacto político-social para consensuar la reforma del Estado. "Ahora no están dadas las mejores condiciones políticas y económicas para hacer una reforma sólida" agregó el parlamentario quien encabeza la asociación civil (Ciudadanos por la Reforma)

Para el presidente uruguayo la fórmula es desregular

El jefe de Estado explicó que durante una reunión con empresarios realizada el miércoles se le planteó que una mejora del Estado sería llevar adelante una flexibilización laboral por ley y una mayor privatización.

Cuando uno habla de flexibilización laboral, las partes en cuestión que se ponen en discusión se retrotraen, (con lo que) se endurecen la situaciones".

"Respecto a las privatizaciones. Tenemos una idea claramente diferente. En primer lugar hay una gran confusión intelectual respecto al tema. Se cree que las privatizaciones resuelven los problemas. Están totalmente equivocados. La Argentina privatizó todo y tiene dificultades económicas ¿no?".

Batlle sostuvo que el camino es desregular. "Es lo que hacemos nosotros. El país tiene que ir desregulando áreas, una tras otra, eso es lo que va a bajar el llamado costo uruguayo, no es vender". (*El Observador 8/9/00*)

[regressar](#)

□ MERCOSUL



Mercosul vai retirar da TEC alíquota adicional de 3%

Até o final deste ano, os quatro países do Mercosul promoverão uma nova redução na Tarifa Externa Comum (TEC), com a eliminação da alíquota adicional de 3% das tarifas de importação. A medida vai permitir reduzir custos na compra de mercadorias provenientes de terceiros países (fora do bloco). Com isso, o Mercosul abandona uma medida que foi incorporada às normas do bloco em novembro de 1997, quando, em meio à crise asiática, Brasil e Argentina, principalmente, concordaram em inserir na TEC o percentual de 3% cobrado pela então chamada 'taxa de estatística' das importações argentinas.

A ambos os países interessava, na época, restringir as importações. Uruguai e Paraguai relutaram, mas acabaram incorporando o aumento em sua estrutura tarifária. A conclusão é que, em novembro de 1997, o decreto 2376 publicava a nova TEC acrescida de 3%, com validade até 31 de dezembro de 2000. (*Gazeta Mercantil, 05/09/2000*)

Brasil vaticina fin de los problemas en cumbre de Florianópolis

Brasil vaticinó hoy que los problemas que arrastra el Mercado Común del Sur (Mercosur) tendrán solución en la cumbre presidencial que el bloque celebrará en diciembre próximo en la ciudad brasileña de Florianópolis. Así lo indicó hoy el representante presidencial brasileño para los asuntos del Mercosur, José Botafogo, al subrayar que el objetivo final del grupo, que su país integra con Argentina, Uruguay y Paraguay, es tornarse más competitivo a nivel mundial y pasa por solucionar los problemas internos negociando.

"Repetimos hasta la saciedad que la visión de Brasil está fija en el éxito del Mercosur y para ello hay que aumentar la eficiencia de las cadenas productivas regionales, no sólo nacionales, porque no se trata de perfeccionar trabas locales para que cada uno perpetúe sus ineficiencias, sino de negociar todo con el objetivo final de ser más competitivos mundialmente", recalcó en rueda de prensa.

En alusión al acuerdo para que el Mercosur adopte un régimen para la comercialización del azúcar, asunto que ha centrado la disputa brasileño-argentina en los últimos días, recordó que existe un grupo "ad hoc" que tiene previsto reunirse en Brasilia el próximo día 25 y que antes recibirá las propuestas de los cuatro países.

"No es una pretensión ni una ambición brasileña provocar un agravamiento (de la situación social) en las tres provincias azucareras argentinas", recalcó, al confirmar que existe flexibilidad en Brasil para negociar que el arancel cero previsto para fines de año sobre el producto rijá con posterioridad.

"Estamos convencidos -prosiguió- de que con este calendario y con el compromiso asumido, incluso a nivel presidencial, de llevar a Florianópolis algo concreto, podremos eventualmente tener resuelto el problema de la incorporación del azúcar al régimen del Mercosur". "La sensibilidad social nunca será ignorada, porque estamos hablando de países que tienen sensibilidad frente a los problemas de los otros", dijo Botafogo, y apuntó que en el caso del azúcar existe "enorme predisposición" del sector privado brasileño de dar asistencia técnica para mejorar la productividad argentina.

Sobre los mecanismos de solución de controversias creados por el Mercosur, exhortó a verlos y utilizarlos con normalidad "y no como la bomba atómica que procuramos no utilizar".

"Sería mejor que no hubiese controversias, pero cuanto más crezca el comercio más surgirán los conflictos de intereses", advirtió. (*El País, 06.09.00*)

Argentina resiste à integração

A Argentina dá sinais de não estar empenhada, como gostaria o Brasil, no processo de integração da América do Sul, acertado pelos 12 presidentes do subcontinente na semana passada.

Ao contrário do que estava quase certo, Fernando de la Rúa não ofereceu Buenos Aires para sediar a próxima reunião do grupo. E, para descontentamento do anfitrião, no almoço de encerramento do encontro em Brasília, falou só em "América Latina", conceito que FHC acha que deixou de ser operativo depois de o México ter se aliado aos EUA e ao Canadá no Nafta.

A esperança no Itamaraty é que a atitude argentina seja reflexo de uma depressão coletiva passageira, que aguçou o orgulho nacional, machucado pela maneira como o Brasil foi apresentado pela imprensa internacional como o líder natural da união sul-americana. Sem a cooperação ativa da Argentina, é improvável que a união sul-americana como trunfo regional no mundo globalizado, velho sonho de FHC, se materialize. (*Valor Econômico*, 08.09.00)

Día de la industria en Argentina – anuncio de un paquete de medidas

Como se esperaba, el ministro de Economía, José Luis Machinea, anunció un paquete de medidas de apoyo a la industria que fue bien recibido por ese sector.

Una de las iniciativas es el controvertido *compre nacional*, régimen por el cual las empresas nacionales podrán competir en igualdad de condiciones con las extranjeras en las licitaciones públicas y en las contrataciones de las concesionarias de servicios públicos.

También habrá medidas de control aduanero, de incentivo a las exportaciones y de financiamiento para Pyme. Los anuncios se formularon en un acto por el Día de la Industria, en el que el vicepresidente Carlos Alvarez dijo que se terminó la "apertura ingenua". (*La Nación*, 06-09).

Las medidas anunciadas:

- ❑ **Compre Nacional:** Por valores superiores a 150.000 pesos, las empresas nacionales, a idéntica calidad y prestación, serán las elegidas en las compras que realice el Estado.
- ❑ **Régimen antidumping:** Se reducirán los requerimientos de información para realizar las denuncias de comercio desleal y se disminuirán los plazos de las investigaciones.
- ❑ **Etiquetado:** Asegurar el cumplimiento estricto de la normativa, que exige que los productos comercializados en el país incluyan en la sección principal de envases o etiquetas, o por medio de una etiqueta adherida en lugar visible en caso de los bienes importados, su denominación, origen, composición y medidas netas en idioma castellano.
- ❑ **Acciones de la Aduana:** Para evitar maniobras fraudulentas de subfacturación y contrabando se implementarán más de veinte medidas destinadas a mejorar el funcionamiento general y los controles aduaneros en el corto plazo.
- ❑ **Régimen de reintegros:** Aumentarán los reintegros a la exportación de algunos productos, especialmente de producciones regionales de alto valor agregado.
- ❑ **Préstamos a Pymes usuarias de servicios públicos:** Para clientes de las categorías comerciales e industriales de Edenor y Edesur, que abonen más de 350 pesos mensuales (o 500 pesos bimestrales), se les permitirá la financiación del consumo de energía eléctrica de hasta tres facturas mensuales o dos bimestrales consecutivas a lo largo de un año. Los préstamos serán otorgados por el Banco Nación, que se hará cargo del pago de las facturas financiadas, y se saldarán en 20 cuotas mensuales o 10 bimestrales.
- ❑ **Factura Negociable:** Proyecto de ley que ya ingresó en el Congreso. Establece un régimen de facturación que crea un nuevo instrumento de pago negociable y de cobro ejecutivo.

Busca ampliar el acceso al financiamiento del capital de trabajo de las pymes. La factura negociable será transmisible por vía de endoso en iguales condiciones que las establecidas para la Letra de Cambio. (*Página 12*, 08/09/2000)

Batlle plantea la eliminación de trabas comerciales

El Presidente Batlle adelantó que su discurso en la Cumbre del Milenio que se realiza en Nueva York, estará basado en el reclamo de una paulatina eliminación de trabas comerciales que fomentan el principio de desigualdad entre los países, que terminan ambientando reacciones violentas en la sociedad.

Por otra parte, Batlle reiteró su posición de conformar un área de libre comercio en el hemisferio, y se manifestó en contra de la forma en que Estados Unidos interviene en Colombia para solucionar la guerra interna que vive este país.

"El Mercosur es un acuerdo muy bueno mediante el cual se multiplicó el comercio entre los países miembros. Sin embargo ese aumento no significa mucho. Somos un grupo de países pobres. ¿Qué diablos podemos hacer con estos países pobres? (...)

La única forma de que los americanos podemos estar seguros y contentos, de que podamos tener una oportunidad es que funcione un área de libre comercio que se extienda desde Alaska hasta la Patagonia". (El Observador 8/9/00)

Empresários argentinos reclaman de barreiras

Uma série de resoluções governamentais e procedimentos aduaneiros dificulta e onera as importações argentinas, dizem empresários. As mercadorias têm entrada no país sob normas de um código aduaneiro muito antigo, anterior à existência dos contêineres, que hoje movimentam cerca de 80% das cargas. Além disso, os sistemas de inspeção pré-embarque e o Canal Morado, por exemplo - este último um mecanismo de conferência de valor das cargas -, emperram as operações.

'O novo código aduaneiro ainda tramita no Congresso e faz tempo que não caminham as negociações para a elaboração do código aduaneiro do Mercosul', diz Diego Pérez Santisteban, presidente da Câmara de Importadores da República Argentina (CIRA). Os empresários também se queixam de que a unificação das aduanas nas fronteiras dos países do Mercosul apenas começou a ser feita.

Consultados sobre as queixas que estão sendo formuladas pelos importadores, os diretores da Aduana preferiram 'não se manifestar, por enquanto'. (*Gazeta Mercantil Latinoamericana*, 04.09.00)

El Gobierno extendió hasta 2005 la protección al sector azucarero

El Gobierno prorrogó por cinco años la vigencia del decreto que, desde 1992, protege a la industria azucarera nacional y restringe -mediante altos aranceles- el ingreso de azúcar desde Brasil y otros países.

En virtud de una resolución del Ministerio de Economía, se estableció que el decreto 797, que contempla aranceles para la importación de azúcar de países con subsidios y vencía a fines de este año, tendrá vigor hasta el 31 de diciembre de 2005.

La resolución de Economía busca reemplazar una ley aprobada hace diez días por el Congreso, que extendía el plazo del arancelamiento por tiempo indeterminado. Sin embargo, el Gobierno consideró que se trataba de una "ley anti-Mercosur", y decidió así emitir la resolución para intentar que no entre en vigor.

La balanza comercial volvió a tener saldo favorable en julio

La balanza comercial registró en julio su quinto resultado positivo del año en forma consecutiva, según fuentes oficiales, con un incremento superior al promedio de los últimos meses, que es del 14 por ciento.

Sobre la base de estimaciones preliminares del Instituto Nacional de Estadística y Censos (Indec), las fuentes indicaron que el comercio exterior fue superavitario en julio último, aunque en un volumen "bastante menor" al de junio, cuando el saldo fue de 246 millones de dólares. En el mismo mes de 1999, hubo un déficit de 332 millones de dólares.

Si bien no se conocen los datos del Indec respecto del comercio bilateral con Brasil, las cifras oficiales de ese país reflejan un superávit para la Argentina de US\$ 57 millones en julio y de

US\$ 66 millones en agosto de este año. De enero a agosto, Brasil exhibió el 12,8 por ciento de incremento en sus importaciones totales, mientras que sus compras a la Argentina treparon el 17,6 por ciento, según el Siscomex, organismo brasileño de estadística. (*La Nación*, 07-09).

De todos modos, la amenaza de conflicto en el mercado común sigue firme. Hace unos días, el embajador brasileño para el Mercosur, José Botafogo Gonçalves, afirmó que estaba preocupado por que la cuestión desatara una guerra de medidas proteccionistas entre ambas naciones. De esta manera, se podrían esperar del Congreso brasileño normas que traben el ingreso de productos argentinos a ese país, como trigo o productos azucarados. (*La Nación*, 04-09).

Paralelamente, y teniendo en cuenta la publicación del decreto, Brasil llamó al gobierno argentino a «negociar abiertamente» para llegar a un acuerdo para integrar el azúcar en los acuerdos de libre comercio antes de enero de 2001. Específicamente, Fernando Henrique Cardoso quiere que durante la cumbre de presidentes del Mercosur de la primera semana de diciembre próximo en Florianópolis la Argentina y Brasil acuerden este tema, posibilidad que hoy se ve difícil. (*Ámbito Financiero*, 07-09)

Fecharam a fronteira

O tráfego na ponte internacional que liga Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, a Paso de Los Libres, na Argentina, foi interrompido na manhã de ontem em protesto contra a rigidez do controle da aduana argentina na circulação de mercadorias entre os dois países.

Pequenos comerciantes, camelôs e motoristas fecharam parte da ponte que fica do lado brasileiro utilizando pneus e automóveis para fazer o protesto .

Durante a manifestação de ontem, houve grandes filas de automóveis e caminhões nos dois lados da fronteira.

Mais de mil famílias vivem do chamado "comércio de formiga" em Uruguaiana . Os cônsules do Brasil e Argentina deverão ter um encontro para buscar uma solução para o problema. (*Folha de São Paulo*, 05.09.00)

Sem acordo com a Bolívia

O Mercosul e a Bolívia não chegaram a um acordo, na semana passada, sobre a aceleração de reduções tarifárias acertadas entre ambos em 1996. O país pediu ao bloco uma revisão de desgravações de tarifas para certos produtos, o que significa aprofundar a área de livre comércio que ambos estão formando. Agora, se buscará nova negociação.

A discussão mais sensível é sobre têxteis, diz uma fonte do governo brasileiro. A Bolívia quer prorrogação, se possível por tempo indeterminado, da permissão para exportar 3 toneladas ao ano, basicamente de camisas, com conteúdo regional de 40%, para a Argentina. A regra dentro do Mercosul é de 60%. 'A filosofia do bloco é ajudar, mas desde que num prazo de tempo o país se adeque à regra do Mercosul', afirma a fonte. A proposta à Bolívia foi de extensão de um ano. A preferência da Bolívia venceu em 1999 e foi prorrogada até março passado.

Outro ponto sem consenso, mas de menor sensibilidade, segundo a fonte, foi o pedido boliviano para acelerar a desgravação tarifária para itens farmacêuticos. Para o Mercosul, não há clareza sobre esse setor produtivo no país. Portanto, é difícil verificar se há triangulação, ou seja, se produtos exportados para a própria área de livre comércio excedem o percentual permitido de insumos de fora da região. O governo boliviano apresentou uma lista de 120 produtos para negociação. O Mercosul aceitou fazer algumas concessões sem contrapartida. Detalhes da negociação não foram dados. 'As discussões levam em conta as assimetrias das economias do país e a do bloco', diz a fonte. (*Gazeta Mercantil Latinoamericana*, 04.09.00)

Mercosur hortifrutícola se reúne hoy

Los representantes de los mercados hortifrutícolas del Mercosur comienzan hoy en Montevideo un encuentro destinado al análisis y estudio de la problemática en la comercialización de frutas y verduras. Actualmente nuestro país tiene la secretaría ejecutiva de la Umcaf (Unión de Mercados de Abastecimiento de Frutas del Mercosur), Argentina ostenta la coordinación, Brasil la vicepresidencia y Paraguay la vicesecretaría ejecutiva, según explicó el presidente del Mercado Modelo de Montevideo.

Las jornadas, que se extenderán hasta el miércoles, incluirán la propuesta de un marco jurídico para el comercio hortifrutícola mayorista en la región. Además, los participantes intercambiarán puntos de vistas en relación al fenómeno del hipermercado en la región y su incidencia en el comercio de frutas entre los países y las actuales legislaciones que regulan el hipermercado en la región. Asimismo, la directiva de la Umcafem se reunirá con la Comisión de Ganadería de la Cámara de Diputados, con representantes de la Junta Departamental de Montevideo y posiblemente con las autoridades de la Junta Departamental de Canelones. *(La República 5/9/00)*

Parlamentarios promueven la integración cultural

Legisladores de los países del Mercosur, Chile y Bolivia, analizarán a partir de hoy proyectos para impulsar su integración cultural, como la difusión del portugués y la creación de un grupo de ballet que promueva la música regional.

Los diputados y senadores que integran el Parlamento Cultural del Mercosur (PARCUM) se reúnen hoy en la ciudad bonaerense de Luján y mañana lo harán en Buenos Aires, donde firmarán un acta final del encuentro en la que especificarán sus iniciativas.

Los participantes en el encuentro son legisladores de las comisiones de cultura de los Parlamentos de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, los cuatro socios del Mercosur, y de Bolivia y Chile, países que están asociados comercialmente a la unión aduanera.

El encargado de la Secretaría Técnica Permanente del PARCUM, el argentino Juan Carlos D'Amico, dijo a EFE que uno de los temas principales de discusión es la promoción del portugués entre los países de habla hispana del bloque subregional.

"No hay casi profesores de ese idioma, al contrario de lo que ocurre con el aprendizaje del castellano en Brasil", dijo D'Amico. Además los legisladores procurarán impulsar la integración cultural en el Cono Sur a través de la radio y la televisión y la puesta en marcha de un máster en gestión y política cultural en Mercosur de forma simultánea en los seis países.

Los objetivos principales del Parlamento Cultural del Mercosur, creado en 1996, son la elaboración de marcos normativos que fomenten la libre circulación de bienes y servicios culturales entre los países del bloque, Chile y Bolivia y propiciar la creación de un sistema de documentación e información legislativa cultural. *(El País, 05.09.00)*

Bolivia incentiva pólo na fronteira com o Brasil

A Bolívia pretende consolidar um pólo de desenvolvimento na fronteira com o Brasil, onde será instalada uma termoeletrica e deve ser construída uma parte do complexo petroquímico da empresa brasileira Odebrecht. O ministro boliviano de Desenvolvimento Econômico, José Luis Lupo, disse ontem que as iniciativas mostram o avanço da integração energética entre os dois países, que começou no ano passado com a venda de gás para as indústrias do Sul do Brasil. A venda de gás, a termoeletrica em Puerto Suárez, os projetos do complexo petroquímico, a exploração de jazidas de minério de ferro de Mutún e a rodovia Santa Cruz-Puerto Suárez são parte da iniciativa que permitirão consolidar o desenvolvimento dessa região da Bolívia, segundo Lupo. "Este será definitivamente um pólo de desenvolvimento que pode converter-se em uma nova locomotiva para o crescimento nacional", apontou o ministro ao destacar o momento favorável de respaldo à integração regional. *(Estado de São Paulo, 05.09.00)*

Aberto processo de dumping contra o Chile

O governo argentino abriu um processo para investigação de dumping nas exportações do Chile de cabos de cobre eletrolítico. O pedido de investigação foi apresentado pela empresa Creativ S.R.L. A Comissão Nacional de Comércio Exterior (CNCE) já concluiu que há provas de dano à indústria nacional.

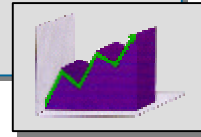
O informe preparado pela CNCE constata uma margem de dumping que chega a 151,31%. Também observa que houve um incremento significativo nas importações do produto durante 1999, com preços FOB (Free on Board) mais baixos que em outros períodos. Paralelamente, foram registradas diminuições nos preços do produto nacional, queda na capacidade de produção do país, oscilação nas vendas e redução na relação preço/custo. A partir do final de outubro, a Aduana exigirá a apresentação de certificados de origem em todas as operações de importação do produto para fins de verificação. *(Gazeta Mercantil Latinoamericana, 04.09.00)*

[regressar](#)

Leia no anexo mais informes e avaliações da reunião dos Presidentes da América do Sul [Uma avaliação da Gazeta Mercantil Latino-americana\(n° 227, 04-10/09/2000\)](#)

[regressar](#)

EMPRESAS E SETORES



La venta de autos acumula en el año una caída del 9,9%

A días de que finalice el plan Canje, el mercado local de automotores no logra repuntar: entre enero y agosto las ventas de las fábricas a los concesionarios acumulan una pérdida del 9,9 por ciento respecto del mismo período del plan Canje.

En agosto, las ventas crecieron un 3,2% respecto de julio de 2000, pero cayeron un 29,4% sobre el mismo mes de 1999, según las cifras de la Asociación de Fábricas de Automotores (Adefa).

Las terminales pronosticaron en junio que este año el mercado local iba a ser un 10% menor que el de 1999. Las cifras están mostrando que no estaban errados.

Los niveles de producción siguen creciendo gracias a la exportación. En agosto se fabricaron en la Argentina 30.602 vehículos, 7% más que en julio, y 1,9% más que en agosto de 1999.

En tanto, las exportaciones siguen registrando subas extraordinarias en la comparación interanual. En agosto se exportaron 14.130 unidades, un 76,5% más con relación al mismo año de 1999, y un 3,2% respecto de julio.

Así, en los primeros ocho meses del año la producción creció 28,1% y las exportaciones, un 25,6 por ciento.

Con este cuadro, las empresas automotrices se aferran cada vez más a la estrategia de buscar mercados externos de exportación porque no tienen expectativas de un aumento sostenido del consumo interno. (*La Nación*, 06-09).

Eletros rechaça denúncia de dumping

Não cabe a aplicação, pela Argentina, de direitos antidumping contra aparelhos eletrodomésticos - máquinas para lavar roupas, com capacidade para sete quilos, produzidas por empresas brasileiras. A declaração é do presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros) - entidade que representa toda a produção da linha branca -, Paulo Saab.

A investigação por suspeita de dumping, em que os argentinos alegam que o Brasil estaria exportando esses aparelhos a preço até 43% inferior ao de seu valor de mercado, foi iniciada pela ex-secretária da Indústria e Comércio da Argentina, Débora Giorgi, em 24 de agosto último, um dia antes de o governo argentino anunciar sua substituição pelo executivo Javier Tizado. Segundo Saab, os exportadores brasileiros enviam o produto de acordo com as necessidades do mercado argentino, que tradicionalmente é abastecido por produtos importados, em pouco menos de 50% da demanda. (*Gazeta Mercantil*, 05.09.00)

Perez Companc associa-se à Camil e quer a Josapar

O grupo argentino Perez Companc já comprou uma parte do capital da Camil, a segunda maior empresa brasileira de arroz, e trava agora uma disputa pelo controle da Josapar, que lidera as vendas neste setor com a marca Tio João.

A Perez Companc, um dos maiores conglomerados argentinos, associou-se recentemente ao fundo de investimento americano TCW, que assumiu o comando da Camil há cerca de três anos. Atualmente, os dois são acionistas da Camil Holdings, uma empresa de participações com sede nos EUA e que hoje é a controladora da empresa paulista. A idéia é fundir a Camil à gaúcha Josapar, o que criaria uma companhia com uma esmagadora presença nas gôndolas dos supermercados brasileiros.

De acordo com uma pesquisa feita pela Nielsen e divulgada pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), a Tio João é a marca de arroz mais vendida em todas as regiões do Brasil. Ela só perde a liderança – e para a Camil – na Grande São Paulo.

Direta e indiretamente, 18% do capital da Josapar já está nas mãos dos sócios do fundo TCW e da Camil Holdings através da Companhia Ural de Participações e da Companhia Roxo de Participações. A Ural detém diretamente 9% do capital da Josapar, enquanto a Roxo é acionista da Peruli S/A Participações, que é a holding que controla a processadora de arroz.

Um grupo de membros da família Oliveira, por sua vez, está enfrentando uma queda-de-braço com os seus novos sócios. Os herdeiros tentaram rasgar o acordo de acionista, que dá direito à Camil de nomear representantes para o conselho de administração da Josapar. A briga foi parar na Justiça, que validou o acordo de acionistas mas impediu um aumento de capital.

Os atuais controladores da Josapar conseguiram bloquear um possível aumento de capital para barrar o avanço dos novos sócios. Eles poderiam injetar recursos na empresa, obrigando os demais a investir também. Se os controladores da Josapar não acompanhassem o aumento de capital, a Camil ficaria com uma fatia maior da empresa.

A Josapar, porém, precisa de recursos. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) já informada sobre os desdobramentos e afirmou que está analisando o caso. (*Valor Econômico*, 08.09.00)

Ambito de intercambio Mercosur-EE.UU

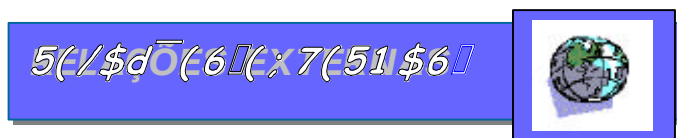
Los días 25 y 26 de setiembre empresarios estadounidenses y de la región, junto a sus respectivos representantes de los respectivos gobiernos se reunirán en Montevideo en el encuentro denominado Haciendo negocios entre el Mercosur y Estados Unidos.

El evento pretende aumentar la información de los empresarios de ambas regiones. "La convocatoria tiene la finalidad de hacer contactos, encontrarse con autoridades, embajadores, agregados comerciales, pero también de llevar a cabo negocios en sí mismos", señaló el director de Price Waterhouse Coopers Uruguay.

El Embajador de EE.UU afirmó que el Mercosur ya es un mercado muy importante para Estados Unidos y también este país lo es para la región. "A modo de ejemplo, México tiene un producto tres veces menor al del Mercosur, pero tiene una comercialización con Estados Unidos seis veces mayor", agregó.

"El año pasado el Mercosur sufrió una fuerte recesión económica y el comercio internacional cayó, pero el intercambio con Estados Unidos aumentó 8%", dijo. (*El Observador* 8/9/00)

[regressar](#)



Europeos y Latinoamericanos opinarán sobre acuerdo UE- Mercosur y Chile

La sociedad civil europea y latinoamericana podrá exponer sus puntos de vista estos meses en Bruselas sobre las actuales negociaciones para un acuerdo de libre comercio entre la Unión Europea (UE) y Mercosur y UE-Chile.

El 12 de octubre, el comisario europeo de Relaciones Exteriores, Chris Patten, junto con otros miembros de la Comisión que llevan a cabo las actuales negociaciones, escucharán a organizaciones no gubernamentales (ONGs), sindicatos, empresarios y académicos europeos.

Según un funcionario de la Comisión encargado de las negociaciones, Patten quiere tener un contacto directo con los actores de la sociedad civil, que recibirán un impacto considerable, y conocer sus puntos de vista en el primer encuentro de este tipo que organiza el ejecutivo europeo, que pretende tener una continuación en otras reuniones.

La Comisión ya había tenido un primer contacto con varias ONGs y el sector empresarial que contactaron con Bruselas desde que comenzaron las negociaciones, en noviembre y para ello se ha invitado a organizaciones como la Federación Internacional de Ligas de Derechos Humanos, Greenpeace, Médicos del Mundo, Solidar y Human Rights Watch, entre otras.

Asimismo, la sociedad civil europea y latinoamericana se reunirá el 9 y 10 de noviembre en Bruselas en un encuentro organizado por la Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (ALOP), que congrega a varias organizaciones no gubernamentales latinoamericanas.

El encuentro versará sobre la participación de la sociedad civil en el diálogo y cooperación entre Europa y Latinoamérica, sobre todo en el caso del acuerdo de libre comercio entre la UE y México, los futuros con MERCOSUR y Chile, y la ayuda a la reconstrucción de Centroamérica después del ciclón Mitch, cómo incidir en estas negociaciones y la posibilidad de llegar a un programa de acción conjunta de la sociedad civil.

En el acuerdo entre la UE y México, la participación de la sociedad civil fue nula y ésta no está incluida en el tratado, señala Antonio Morales, de la ALOP.

La Plataforma México-Bélgica, que integran representantes de la sociedad civil mexicana y europea, denunció en una declaración en julio que el acuerdo, recientemente cerrado, no prevé la participación de la sociedad civil, como tampoco la contemplarán los otros dos acuerdos, según la fuente de la Comisión.

Estos foros de diálogo se celebran poco antes de la tercera fase de negociaciones, que tendrá lugar en Brasilia (Brasil es presidente de Mercosur este semestre) y Santiago en noviembre, y a las que acudirá Chris Patten, que también viajará a Argentina.

Las negociaciones, por separado con Mercosur y Chile, comenzaron en noviembre pasado en Bruselas y atacarán la cuestión tarifaria en julio de 2001. La fecha prevista --no fijada-- para su fin es 2005. (*El País*, 08/09/2000)

CES e FCES pediram criação de Comitê Misto para seguimento das negociações

Por outro lado, o Comitê Econômico Social Europeu – CES da U E e o Foro Consultivo Econômico Social –FCES do Mercosul, que já vêm mantendo reuniões regulares há 3 anos, apresentaram pedido formal de criação de um Comitê Misto, integrado pelas duas representações da sociedade civil no interior dos dois blocos, que acompanhariam e dariam suas opiniões sobre o andamento do processo.

A proposta foi entregue por representantes dos dois foros em Vila Moura, Portugal, no início do ano corrente, quando houve uma reunião entre a cúpula dos dois blocos pede que o Comitê Misto faça parte da estrutura institucional das negociações que será debatida entre Mercosul e U e em novembro próximo no Brasil.

No Mercosul a Argentina, Brasil e Uruguay os governos já aprovaram a criação do comitê, faltando apenas a posição do Paraguai. No caso da U E não há informação se os governos já se posicionaram sobre a proposta encampada pelo CES Europeu. (*Correio Sindical Mercosul*)

Fuerte impulso al comercio con México

Si algo quedó claro en esta visita a México del presidente Fernando de la Rúa es que ambos países le dieron un fuerte impulso a la intención de alcanzar un acuerdo de libre comercio entre el Mercosur y México, con miras al año 2003.

Entre tanto, De la Rúa hizo hincapié en ampliar las relaciones económicas y comerciales, reclamó la eliminación de ciertas barreras arancelarias para productos argentinos y apostó a un intercambio de inversión más intenso para el futuro.

Estos asuntos dominaron la agenda de la reunión de De la Rúa con el presidente Ernesto Zedillo; del encuentro con el presidente electo Vicente Fox y del desayuno con empresarios de ambos países de la Cámara de Comercio Argentino-Mexicana y del Consejo Mexicano de Comercio Exterior.

"Sobre el acuerdo de libre comercio entre Mercosur y México para 2003, es un objetivo general, lo cual no impide que vamos avanzando en acuerdos parciales sobre los que se pueden anticipar soluciones", dijo De la Rúa. "No podemos esperar mucho tiempo cuando el

comercio entre ambos países es de 500 millones de dólares, muy poco para la magnitud y el potencial de ambos, debemos incrementarlo, naturalmente", dijo.

En el documento conjunto firmado por los dos gobiernos se consignó el reconocimiento a De la Rúa por la decisión del Consejo del Mercosur de iniciar negociaciones con vistas a la firma de un acuerdo de libre comercio entre el Mercosur y México.

El canciller, Adalberto Rodríguez Giavarini, aclaró ante preocupaciones de los empresarios locales que "el acuerdo entre el Mercosur y México va a avanzar sin problemas, pero por las dudas se sigue en forma paralela con las negociaciones de los acuerdos comerciales bilaterales para tener un seguro de segundo nivel". (*La Nación*, 06-09).

Europeus devem investir mais na América do Sul

A proposta de integração física da América do Sul deve atrair a atenção da Europa. Crescem as chances de que os investimentos na região aumentem, mas ninguém espera a aplicações de recursos públicos, a fundo perdido ou juros subsidiados. Deve aumentar, porém, o volume de financiamentos e os investimentos de empresas européias que atuam na região. O bom momento da América Latina, com a volta do crescimento econômico puxado pelo Brasil - que representa praticamente a metade do Produto Interno Bruto (PIB) da região -, deve ampliar o interesse do setor privado nos países da área. Mas tudo vai depender dos projetos a serem propostos. Apenas o anúncio da proposta integração não deve provocar maior fluxo de recursos para a região. "O que vai mudar ou não a decisão dos europeus de investirem no país será a capacidade dos países de implementarem concretamente seus planos de integração para a região", disse.

As obras de infra-estrutura necessárias para a integração da América do Sul custariam cerca de US\$ 125 bilhões. O embaixador do Brasil na União Européia, Clodoaldo Hugueney, acha que uma das fontes de financiamento para isso pode ser o Banco Europeu de Investimentos, pois a Comissão Européia não tem verbas para isso. No ano passado, a carteira de empréstimos do banco para a região ficou em 215,2 milhões de euros (cerca de US\$ 193,7 milhões).

Empresas européias instaladas no Brasil foram as que mais tomaram recursos - 153,7 milhões de euros - para desenvolver seus projetos no país. Embora o volume ainda seja pequeno, há chances de que aumente, na medida em que cresce o interesse das empresas.

Hugueney acha que os investimentos serão feitos pelo setor privado, em um regime em que as empresas fazem as obras e ganham a concessão para explorar a obra. E lembra que a Europa já é o maior parceiro comercial do Mercosul e as importações de produtos europeus pelo bloco comercial cresceram cerca de 300% nos últimos cinco anos. Os investimentos de empresas européias também aumentaram, especialmente bancos e empresas de telecomunicações. Esse vínculo, na sua opinião, junto com eventuais problemas que a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) poderiam criar para as empresas européias devem estimular maiores investimentos na região. "A Alca produziria um potencial de desvio de comércio, o que ajuda a criar uma motivação para avançar esse processo de negociação com a União Européia. As exportações européias e as americanas são muito competitivas e mais ou menos nos mesmo segmentos ", observa o embaixador. (*Valor Econômico*, 05/09/2000)

Sul-americanos discutem "frente dos pobres" para atuar na OMC

O Brasil conseguiu o apoio de seus 11 vizinhos da América do Sul às críticas que vem disparando contra a Organização Mundial do Comércio (OMC). O Valor apurou que a estratégia brasileira não se resume à contestação, ainda que velada, ao domínio da organização pelos principais países desenvolvidos do mundo, em prejuízo dos interesses das economias menores. O objetivo prático é criar uma espécie de frente dos "pobres" em uma possível Rodada do Milênio da OMC.

Longe das Américas, as críticas e a frente dos sul-americanos são idéias compartilhadas por outras economias em desenvolvimento, como a Índia. E encontram eco no México, sócio de dois países poderosos na OMC, os Estados Unidos e o Canadá.

Essas posições também encontraram respaldo na Organização das Nações Unidas (ONU). Em seu último relatório sobre desenvolvimento humano, a ONU criticou as regras da OMC por beneficiarem os países desenvolvidos. A aliança entre Brasil e os demais sul-americanos

contra o atual formato da OMC e sua tendência de favorecer as economias mais fortes foi formalizada em dois dos 62 pontos do Comunicado de Brasília, documento oficial da reunião de presidentes da América do Sul, assinado na última sexta-feira. "O sistema multilateral de comércio continua a padecer de distorções provocadas por medidas protecionistas e por outras medidas de apoio à sua produção por parte dos principais parceiros", assinala o documento. Também foi criticada a implementação dos acordos da Rodada do Uruguai.

A convicção sobre a ação dos países que estão na periferia das decisões da OMC ganhou força no governo brasileiro durante a reta final do julgamento do caso Embraer - Bombardier. O Valor apurou que, dentro do Itamaraty, a solução favorável ao Canadá gerou frustração até entre os entusiastas da liberalização. Antes da disputa, a diplomacia brasileira mantinha certo otimismo com relação aos rumos da OMC, mesmo percebendo as perdas sofridas na Rodada Uruguai. (*Valor Econômico*, 04.09.00)

EUA são acusados de violar direitos trabalhistas

O governo dos Estados Unidos quer que os direitos trabalhistas fundamentais reconhecidos pela Organização Internacional do Trabalho, incluindo o direito de livre associação, sejam parte das regras da Organização Mundial de Comércio e de uma futura Área de Livre Comércio das Américas. Mas, de acordo com um estudo divulgado ontem em Washington pela organização não-governamental Human Rights Watch (HRW), no capítulo da livre associação os EUA violam sistematicamente os padrões que defendem para outros porque não protegem o direito dos trabalhadores a formar sindicatos e pouco tem feito para coibir a perseguição dos que tentam fazê-lo pelos empregadores. "As cartas estão marcadas contra os trabalhadores nos EUA", disse o diretor-executivo da HRW, Kenneth Roth. "Os EUA não podem pressionar de maneira efetiva outro país a melhorar seus padrões trabalhistas enquanto os viola em casa."

O estudo é baseado em pesquisas de centenas de casos. Uma das principais constatações é que a cada ano milhares de trabalhadores são despedidos ou sofrem represálias por tentarem organizar sindicatos em empresas. "Milhões de trabalhadores são excluídos (dos benefícios) das leis trabalhistas aprovadas para proteger seu direito de organizar-se e de negociar (coletivamente com os empregadores), e este número está crescendo", afirma o relatório.

De acordo com a Comissão Nacional de Relações Trabalhistas (NLRB), uma agência federal criada para zelar pela aplicação das leis que garantem os direitos de associação e negociação de contratos, o número dos trabalhadores que sofre represálias por tentar organizar sindicatos nas empresas em que trabalham aumentou quatro vezes nos últimos 30 anos. Em 1998, 24 mil trabalhadores foram despedidos ou sofreram algum tipo de punição ou ato de intimidação por essa razão. O estudo da HRW afirma que os mecanismos para remediar situações em que o direito de associação dos trabalhadores são violados não funcionam. Por exemplo, trabalhadores demitidos por tentarem formar sindicatos "esperam anos por decisões de comissões trabalhistas (de municípios e Estados) ou dos tribunais, enquanto que os empregadores não pagam preço algum pelos atrasos e os apelos frívolos".

Dos aproximadamente 135 milhões de pessoas que vivem de emprego no país, apenas 16,5 milhões são sindicalizadas. Embora o contingente de trabalhadores sindicalizados tenha aumentado em 265 mil entre 1998 e 1999, em termos proporcionais ele está estagnado em menos de 14% do total, a menor taxa de sindicalização entre os países industrializados. (*O Estado de São Paulo*, 04.09.00) A íntegra do relatório pode ser encontrada em <http://www.hrw.org>

[regressar](#)



NOTAS E CORRESPONDÊNCIAS

Cresce a presença do sindicalismo na Internet – veja as notas que recebemos

Portal do Sindicato dos Metalúrgicos do A B C

O novo site do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC já está no ar. O portal traz mudanças que vão além do visual. Com muito mais conteúdo, ficou mais fácil conhecer as atividades da categoria, do Sindicato e do movimento sindical. Tem também outros serviços agregados como pesquisas on-line, convênios, área destinada à divulgação de projetos sociais, links sindicais e um espaço onde os trabalhadores podem se expressar. Aproveite e vote no Plebiscito da Dívida Externa.

Breve estarão prontos canais exclusivos de informação sobre discriminação, educação, juventude, bolsa de empregos, mulher e muitos outros assuntos.

Cadastre sua entidade ou projeto social no Portal dos Metalúrgicos do ABC e contribua para que a Internet seja mais democrática. É fundamental construirmos um rede mais humana, voltada aos interesses dos trabalhadores e da sociedade. Faça parte desta rede, cadastre-se! Visite o site <http://www.smabc.org.br>

Site do Sindicato dos Empregados no Comércio de Presidente Venceslau (SP)

Prezados Companheiros

Estamos comunicando que a partir do mês de agosto de 2000, estamos disponibilizando nossa página na internet, que poderá ser acessada diariamente pelas pessoas interessadas em obter informações relativas a esta entidade e assuntos relacionados aos trabalhadores.

Faremos a atualização da página mensalmente para que a mesma possa ser útil a todos que a visitem.

Nosso endereço é: <http://www.firstnet.com.br/sindecpv>

Oficina "Perspectivas de Sustentabilidade e Democracia para o setor industrial".

Dias 12 e 13 de setembro na Sede da CUT / Auditório do 1º Andar, Rua Caetano Pinto 575, São Paulo.

Alguns temas que serão debatidos:

- Apresentação por Sergio Schlesinger do (PBSO) dos seguintes documentos - "Indústria Brasileira: Caminhos para a Sustentabilidade e a Democracia" ; "Indústria Brasileira : Caminhos para a Sustentabilidade e a Democracia" - Indústria e Meio Ambiente "; "Indústria Brasileira : Caminhos para a Sustentabilidade e a Democracia" - Comércio Internacional X Democratização do Mercado Interno"; "documento "Indústria Brasileira: Caminhos para a Sustentabilidade e a Democracia" - Grande Setores Industriais" e "Indústria Brasileira : Caminhos para a Sustentabilidade e a Democracia - Tendências e Propostas"
- Mesa redonda sobre Indústria e Meio Ambiente
- Apresentação de pesquisa sobre a Indústria Automobilística - Brasileira - Flávio Limoncio (UFRJ)

Projeto Brasil sustentável e democrático (PBSO) e (CUT)

Publicaciones digitales CEI

El Centro de Economía Internacional CEI, comunica a sus suscriptores que las Publicación electrónica "Panorama de la Economía Argentina" ha sido actualizada en nuestro sitio web y se encuentran disponibles en la URL: <http://cei.mrecic.gov.ar/public/comerc7/index.htm>

La Marcha Grande sumará kilómetros y esperanzas

Un nuevo tramo de la Marcha Grande por el Trabajo tendrá lugar mañana sábado a partir de las 9 de la mañana. El recorrido de 22 kilómetros (ver mapa) incluye Almirante. Brown, Lomas de Zamora, San Francisco Solano y Florencio Varela. Esta región sur del conurbano bonaerense será escenario del despliegue de color y fervor que manifiesta la columna de trabajadores y Chicos del Pueblo, que animan por una sociedad sin excluidos y con trabajo para todos. Esta actividad se inscribe en el marco de la decisión de la Central de los Trabajadores Argentinos de marchar hasta que en la Argentina no haya ningún hogar por debajo la línea de pobreza. Para ello la CTA presentó ante la Justicia Electoral las firmas requeridas para avalar la Iniciativa Legislativa que viabilice la consulta al pueblo, por si o por no, con relación al Seguro de Empleo y Formación de 380 pesos para los jefes o jefas de hogar desocupados y la Asignación Universal de 60 pesos por hijo para todos los trabajadores.

La Marcha Continua !!! www.cta.org.ar

CTA Buenos Aires

[regressar](#)

